

ações do movimento negro e a identidade racial de educadores negros em pelotas pós lei 10.639/2003

MATHEUS GOULART TANHOTE¹; LISIANE SIAS MANKE²;

¹Universidade Federal de Pelotas – mgoulart930@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – lisianemanke@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este texto é parte da pesquisa de mestrado realizada junto a linha de pesquisa “Culturas: entre ensino, linguagens e formação de sentido”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPEL), que tem como objetivo investigar a maneira pela qual os segmentos do movimento negro contribuem para a construção da identidade racial negra de educadores em nível básico no município de Pelotas (RS). A investigação insere-se nessa linha de pesquisa ao buscar articular a identidade racial como reconhecimento de práticas educacionais que valorizem a cultura afrodiaspórica.

Para Gomes (2019), o movimento negro pode ser definido como toda articulação de pessoas negras que lutam pela superação do racismo e pela afirmação e valorização da história e da cultura afro-brasileira. Ao reconhecer que o racismo se consolida na população brasileira como uma forma de negação de si mesmo, a organização da população negra torna-se fundamental para compreender a atuação docente antirracista, a qual incentiva a criação de leis e ações de valorização cultural, tanto nos espaços educacionais quanto na esfera pública.

Nesse contexto, para refletir sobre as identidades raciais desses educadores, os estudos de Hall (2003) são fundamentais para considerar que as transformações da pós-modernidade se dissolvem com identidades únicas e concebem sujeitos múltiplos e fragmentados. Dessa forma, as trajetórias dos professores são compreendidas como particulares, inseridas em um espaço social que contribui para a formação da identidade racial.

Com base nas reflexões de D’Adesky (2001), esta pesquisa articula o reconhecimento racial a partir da percepção dos sujeitos como pessoas não brancas, investigando em que momento a identidade negra surge como fonte de reconhecimento individual e coletivo. Em consonância com esses autores, a pesquisa entende a identidade racial como resultado de interações sociais, analisando a relação entre identidade racial e prática profissional, e como ambas se aproximam, ou não, da valorização cultural. Assim também, em diálogo com a Lei 10.639/03¹, na qual torna-se obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, em âmbito nacional.

Gomes (2002) afirma que a educação e a identidade negra estão imersas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente. Há uma gama de possibilidades para trabalhar a valorização racial nas escolas, e o Movimento Negro à medida que avança em suas reivindicações e pautas pode ser de grande auxílio a professores e alunos que buscam construir uma realidade livre da desigualdade racial.

¹ BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

2. METODOLOGIA

Como aporte metodológico, utiliza-se as obras de Lahire (2002, 2004, 205) nas quais é possível perceber, uma forma de compreender a totalidade dos indivíduos, reconhecendo suas particularidades, e assim compreender suas vivências. Ao explorar os diversos espaços de socialização pelos quais os indivíduos transitam, a metodologia busca reconhecer a complexidade do sujeito, incluindo detalhes comportamentais que podem passar despercebidos quando nos detemos a analisar um grupo ou coletivo. Assim, análise concentra-se em identificar as disposições incorporadas pelos educadores negros, que os levaram a assumir a luta racial como papel político e pedagógico.

Para realizar uma análise dos sujeitos em escala individual, como propõe Lahire (2002), busca-se educadores negros comprometidos com a pauta racial, compreendendo que esses podem ampliar o horizonte cultural dos demais educandos por meio de uma pedagogia inclusiva, reconhecendo que “a educação, portanto, lida sempre com o outro. A questão é saber como se dá a relação com o outro nestes processos” (Gallo, 2008, p.7). Deste modo, a trajetória de vida é um elemento central nesta pesquisa, pois oferece subsídios para analisar os espaços sociais como formadores de identidades profissional e racial, e perante isso compreender como essas são tensionadas de maneira individual e coletiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de raça é de primordial relevância para a pesquisa, levando em conta que os debates sobre os estigmas construídos acerca da população negra no Brasil são profundos. Devido a isso, esse conceito é central para pensar as desigualdades estabelecidas no cotidiano de nosso país, pois raça é uma “categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico” (Hall, 2003, p.69). Com base em uma estruturação política e social, o conceito de raça promove a exclusão e exploração de um determinado público, possuindo uma lógica própria, sendo o racismo uma prática decorrente dessa lógica de estigmatizar a população negra, que está em questão neste estudo.

Neste sentido, busca-se compreender como indivíduos radicalizados assumiram a superação do racismo, considerando o papel da identidade racial como força motriz para as ações pedagógicas que realizam enquanto docentes. Com isso, surge o conceito de negritude, conforme definido por Munanga (2019), sendo a reconstrução do conceito de raça, mas de forma positivada, com o objetivo de agregar valor à cultura negra, que frequentemente foi negada e apagada. Nesse processo de busca por representações positivas acerca dos sujeitos negros, é possível refletir sobre políticas educacionais que visam dar uma nova perspectiva a história e a cultura afro-brasileira.

Gonçalves (1997) analisa que a medida que a sociedade avançou, as pautas dos coletivos negros se expandiram, indo além do direito de ensino fundamental, médio e universitário. A educação passou a ser concebida como uma agenda política central para o Movimento Negro, considerando a relação entre cultura e educação, e debatendo políticas educacionais futuras. Nesse sentido, os movimentos sociais desempenharam um papel crucial ao utilizar a identidade étnico-racial como elemento de mobilização política, com o objetivo de combater a discriminação sofrida por negros e negras nos mais variados espaços da sociedade brasileira, e nessa abordagem, em especial no meio escolar.

É possível analisar como educadores situados por diversos marcadores sociais como idade, gênero e sexualidade, buscam implementar uma prática educacional afirmativa junto aos seus alunos da educação básica. A partir da inserção da questão racial no contexto educacional, podemos pensar como a Lei 10.639/03 se articulou com a identidade racial dos professores negros. Ou seja, a pesquisa busca entender esses sujeitos, permitindo uma percepção de como eles promovem práticas antirracistas com seus educandos, e quais lutas são empreendidas em seu trabalho para alcançar uma plena igualdade racial.

Dessa forma, ao reconhecer as trajetórias individuais desses educadores é possível compreender como a diversidade, a desigualdade e as relações raciais são tencionadas no Brasil, e conseqüentemente, inseridas no contexto educacional, os educadores negros são peças-chave para essa compreensão.

4. CONCLUSÕES

Considerando a longa trajetória do Movimento Negro, este trabalho aborda a educação como um campo propício para reflexões sobre os direitos da população negra, considerando as trajetórias de vida como elementos relevantes nesse processo, e analisando de que maneiras os meios sociais foram determinantes para que professores da educação básica adotassem a luta racial como uma luta profissional.

Desta forma, considera-se que o papel das pessoas negras engajadas e organizadas foi e é de fundamental para conscientizar a população negra sobre a importância da educação como ferramenta política, promovendo uma maior consciência das desigualdades e pensando no desenvolvimento de estratégias de superação do racismo. Este tema não se esgota aqui, representando parte de uma pesquisa em desenvolvimento que aborda a identidade racial e profissional em suas relações com os movimentos sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- D' ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- GALLO, Sílvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. In: **Anais do II Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre Diálogos**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. p. 1-16, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: revista de estudos de literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Le mouvement noir au Brésil**. Lille: Presses Universitaires Septentrion, 1997.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, p. 21-35, 2003.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Vozes Editora, 2002.
- LAHIRE, Bernard. Patrimónios Individuais de Disposições. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 49, p. 11-42, 2005.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Artmed Editora, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos.** Autêntica Editora, 2019.